

item da pauta - Aprovação das Atas das Reuniões Ordinária e Extraordinária: Maira abriu espaço para manifestações. Ana Paula informou que participou da reunião cuja ata estava sendo apreciada, por se tratar do período de transição entre gestões. Relatou que lhe chamou a atenção uma manifestação feita por um conselheiro, cuja referência na ata anterior não refletia fielmente o que de fato ocorreu. Segundo afirmou, a manifestação demonstrava incômodo com a duração dos debates, transmitindo a impressão de que as discussões no Conselho seriam enfadonhas. Destacou que os integrantes do colegiado compareceram às reuniões com o propósito de debater temas relevantes, muitas vezes sensíveis, cujo tempo de discussão nem sempre pôde ser previamente delimitado. Defendeu que tal observação deveria constar da ata, por considerar importante registrar esse contexto. Ana Paula solicitou, ainda, que as qualificações ou títulos profissionais não sejam utilizados como forma de tratamento na ata ou nas comunicações do Conselho, de modo a garantir que todos os conselheiros sejam tratados de maneira igualitária, independentemente de sua formação ou atuação profissional. Não havendo outras manifestações, Maira deu sequência à pauta, considerando aprovada a ata. Patrícia esclareceu que a ata ainda não poderia ser considerada aprovada, pois deveria ser retificada para registrar a discussão ocorrida na reunião do dia 10 acerca da substituição da Secretária-Executiva do Conselho. Recordou que, naquela ocasião, foi informado que a mudança seria objeto de reflexão e que posteriormente seria apresentada devolutiva ao Plenário. Entretanto, a substituição já havia sido efetuada com publicação no Diário Oficial, motivo pelo qual entendeu necessária a inclusão desse registro na ata. Maira esclareceu que, após a reunião mencionada, comunicou imediatamente à Superintendente de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, sua superior hierárquica, todas as questões debatidas, incluindo a substituição da Secretária-Executiva. Informou que a orientação recebida foi pela manutenção da atuação, razão pela qual Andressa passou a exercer formalmente a função de Secretária-Executiva, permanecendo Ângela no cargo de assessora, correspondente ao seu cargo de origem. Acrescentou que conversou pessoalmente com Ângela logo após a publicação da mudança e ponderou que retomar amplamente essa discussão naquele momento poderia gerar constrangimentos desnecessários. Ressaltou, contudo, que abriu espaço para manifestações e que algum conselheiro desejasse tratar do tema. Ivanir manifestou insatisfação com a condução do processo, afirmando que havia compreendido, na reunião anterior, que a decisão seria reavaliada antes de qualquer providência definitiva. Declarou que não recebeu devolutiva antes da efetivação da substituição e considerou que o posicionamento manifestado pelos conselheiros não foi devidamente considerado. Acrescentou que, diante dessa experiência, futuramente também adotaria postura semelhante em situações análogas. Maira esclareceu que a decisão não partiu de sua iniciativa pessoal, mas da gestão da Secretária, após consulta à sua superior hierárquica. Informou que o assunto seria tratado nos informes gerais, mas antecipo os esclarecimentos em razão da manifestação apresentada. Acrescentou que conversou diretamente com Ângela sobre a reorganização da Secretária-Executiva e que também precisou redistribuir tarefas, contando com o apoio de Camilly em razão da sobrecarga de trabalho de Andressa e das dificuldades verificadas na organização administrativa do Conselho. Sendo assim, Maira concluiu afirmando compreender as divergências de entendimento, mas ressaltou que apenas cumpriu a determinação recebida da gestão da Secretária. Quanto ao quarto item da pauta - Comissões Temporárias: Maira iniciou solicitando que fossem apresentados os nomes das comissões existentes. Após consulta ao Regimento Interno e aos registros das reuniões anteriores, foram identificadas as seguintes comissões temporárias: Comissão de Direito à Cidade, Comissão de Saúde Mental, Comissão de Liberdade Religiosa e Comissão de Criação de Políticas de Enfrentamento ao Neoliberalismo. A Presidente informou que não havia recebido relatórios de atividades dessas comissões e observou que desconhecia o período de funcionamento, os trabalhos desenvolvidos e a efetividade de cada uma. Diante disso, abriu a palavra para que os conselheiros se manifestassem acerca da manutenção dessas comissões. Sandra manifestou-se favoravelmente à permanência de todas as comissões temporárias, ressaltando que trata de temas relevantes e que, mesmo na ausência de relatórios, seria possível reorganizar seus trabalhos e elaborar novo planejamento para dar continuidade às atividades. Patrícia esclareceu que a Comissão de Enfrentamento ao Neoliberalismo realizou diversas atividades durante a gestão anterior, incluindo reuniões, encaminhamento de ofícios e apresentações institucionais, cujos registros se encontram arquivados no e-mail institucional do Conselho. Informou que a comissão foi coordenada por Mônica e que, além disso, recorreu à sua criação ocorreu durante a gestão anterior do Conselho. Acrescentou que a atual Comissão de Direito à Cidade originou-se da antiga Comissão de Crise Hídrica, posteriormente renomeada por deliberação do Plenário. Patrícia explicou que, em razão do processo eleitoral do Conselho, essas comissões acabaram interrompendo parte de suas atividades, mas ressaltou que isso não significa ausência de trabalho anterior e defendeu a importância das comissões temporárias como instrumento para o funcionamento contínuo do Conselho entre as reuniões plenárias. Patrícia observou que os conselheiros que participaram da gestão anterior acabam concentrando informações sobre os trabalhos realizados, razão pela qual sugeriu que as novas comissões consultassem os registros existentes no e-mail institucional do Conselho para recuperar a documentação disponível e, a partir dela, retomassem suas atividades. Dilecia também destacou que esse encaminhamento permitiria dar continuidade aos trabalhos sem necessidade de reiniciar integralmente as ações já desenvolvidas. Prosseguindo, informou que a Comissão de Liberdade Religiosa promoveu importantes atividades, incluindo a criação de um fórum realizado em parceria com outras instituições, cujos registros permanecem disponíveis. Além disso, Dilecia explicou que a interrupção dos trabalhos decorreu de circunstâncias relacionadas ao afastamento da coordenadora da comissão, o que dificultou sua continuidade, mas afirmou que ainda existem integrantes capazes de retomar as atividades e reorganizar os relatórios correspondentes. Maira esclareceu que o objetivo daquele ponto da pauta não era deliberar sobre a continuidade das comissões, mas promover sua recomposição para a nova gestão. Assim, determinou que Andressa realizasse a leitura do nome de cada comissão, permitindo que os conselheiros manifestassem interesse em integrá-las. Na sequência, procedeu-se à composição preliminar das comissões temporárias, sendo registradas as inscrições dos conselheiros presentes e determinado que a Secretária Executiva verificasse posteriormente os e-mails encaminhados por conselheiros ausentes que já haviam manifestado interesse em permanecer nas respectivas comissões, garantindo sua inclusão quando cabível. A Presidente alertou os conselheiros para que observassem a quantidade de comissões das quais pretendiam participar, considerando a necessidade de acompanhamento efetivo e apresentação dos respectivos relatórios de atividades. E assim ficou: Comissão de Direito à Cidade: Bianca, Aparecida e Mara; Comissão de Saúde Mental: Mara; Comissão de Liberdade Religiosa: Sandra, Dilecia, Andrea e Comissão de Criação de Políticas de Enfrentamento ao Neoliberalismo: Mônica, Bianca e Dilecia. Concluída a composição inicial das comissões temporárias, a Presidente declarou encerrado o item da pauta e deu início à discussão do ponto seguinte. Quanto ao quinto item da pauta - Composição da Mesa Diretora do Conselho: Maira registrou que havia sido apresentada, pela gestão anterior, proposta de ampliação do número de integrantes da Mesa Diretora, com o objetivo de fortalecer a atuação e a necessidade de alteração do Regimento Interno e da legislação de criação do Conselho, razão pela qual abriu a palavra para os conselheiros. Questionou, ainda, a proposta de ampliação da Mesa Diretora, indagando quantos representantes passariam a compô-la e observando que a medida poderia alterar a proporcionalidade entre representantes do poder público e da sociedade civil. Ressaltou que a composição atual prevista não contempla de forma adequada a lei de criação do Conselho nem o Regimento Interno, entendendo que eventual alteração exigiria modificações legislativas e regimentais. Patrícia esclareceu que a lei de criação do Conselho trata da composição e da proporcionalidade entre poder público e sociedade civil, enquanto o Regimento Interno disciplina a organização da Presidência, Vice-Presidência e demais aspectos de funcionamento do colegiado. Patrícia também explicou que a proposta de ampliação da Mesa

Diretora surgiu porque atualmente ela é composta apenas pela Presidência e Vice-presidência, o que considera insuficiente para o funcionamento do Conselho e afirmou que não existe impedimento legal para ampliação da Mesa Diretora, sendo necessária apenas alteração do Regimento Interno. Patrícia também acrescentou que diversos outros conselhos adotam esse modelo, com conselheiros auxiliando a Presidência na condução dos trabalhos e na gestão das atividades administrativas, sendo que, no caso do Conselho, a Mesa Diretora seria composta por um representante de cada uma das áreas de atuação, sendo que o Regimento Interno deve servir como orientação para o funcionamento do Conselho, mas não pode impedir o desenvolvimento de seus trabalhos. Marcelo também observou que muitas discussões sobre procedimentos acabam retardando o andamento das atividades e afirmou que os conselheiros desejam efetivamente atuar. Destacou que a ampliação da Mesa Diretora teria por finalidade dinamizar o diálogo, facilitar a interlocução entre os conselheiros e auxiliar a Presidência na condução dos trabalhos. Marcelo defendeu que, caso posteriormente fosse identificada necessidade de alteração legislativa, esta poderia ser providenciada, mas que o mais importante seria deliberar inicialmente sobre a proposta para permitir o avanço das atividades do Conselho. Maira, após ouvir as manifestações, perguntou se havia novos inscritos para discutir o tema e passou a palavra ao conselheiro Lucas para apresentação de proposta de encaminhamento. Lucas Abreu sugeriu que o Plenário deliberasse apenas sobre a realização de um estudo para definição da composição e das atribuições da Mesa Diretora. Explicou que, uma vez aprovada a realização desse estudo, seriam posteriormente definidos o número de integrantes, suas competências e eventual necessidade de alteração do Regimento Interno ou da legislação pertinente. Maira manifestou concordância com a proposta de Lucas, ressaltando que não havia sido apresentada nenhuma proposta escrita detalhando a composição e o funcionamento da Mesa Diretora. Sendo assim, Maira defendeu que fosse elaborado previamente um documento contendo essas informações para posterior apreciação do Plenário. Marcelo disse que a ampliação da Mesa Diretora poderia ser aprovada de imediato, deixando para momento posterior apenas a definição de suas atribuições e dos procedimentos necessários à implementação da medida. Sandra corroborou. Patrícia defendeu que a votação incidisse apenas sobre a ampliação da Mesa Diretora, esclarecendo que a finalidade do órgão seria auxiliar a Presidência e a Vice-presidência nas decisões administrativas e no acompanhamento das demandas do Conselho, sem criação de novos cargos ou alteração da estrutura institucional. Patrícia acrescentou que o Conselho Nacional de Direitos Humanos possui Mesa Diretora composta por diversos membros, responsável por auxiliar a Presidência na definição de pautas, representações institucionais, missões oficiais e organização dos trabalhos cotidianos. Informou que participou da Mesa Diretora do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e de outros colegiados, afirmando que esse modelo facilita a interlocução entre os conselheiros e fortalece a gestão colegiada. Lucas Abreu observou que todas essas atribuições precisam estar previstas formalmente no Regimento Interno e reiterou entendimento de que a alteração regimental deve anteceder a implantação da nova Mesa Diretora. Dilecia sugeriu, como encaminhamento, a criação de uma comissão específica para elaborar proposta de alteração do Regimento Interno relativa à Mesa Diretora. Lembrando que, desde sua entrada no Conselho, já defendia a necessidade de revisão do Regimento Interno e citou sua experiência no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, onde participou de processo semelhante. Manifestou disposição para integrar a comissão. Maira compartilhou experiência vivenciada no Conselho Gestor do PCCAAM, explicando que a revisão do Regimento Interno foi realizada diretamente nas reuniões ordinárias, mediante leitura e discussão, o que, por artigo, por todos os conselheiros. Defendeu esse método e mais demonstrou disposição para facilitar ampla participação de todos os integrantes do colegiado. Lucas Abreu argumentou que a constituição de uma comissão seria mais eficiente, pois esta elaboraria uma proposta inicial que posteriormente seria submetida ao Plenário, sem retirar dos demais conselheiros o poder deliberativo. Esclareceu que a comissão não decidiria nada de forma definitiva, apenas apresentaria minuta para apreciação coletiva. Maira observou que a criação de comissão responsável pela elaboração da proposta de alteração do Regimento Interno poderia ser feita pela Mesa Diretora. Não havendo objeções, declarou aprovada sua constituição e abriu inscrições para composição do grupo. Na sequência, foram indicados para compor a comissão Sandra, Mara, Dilecia, Lucas Abreu, Maira e Patrícia ou Mônica, ficando registrado que seria decidido entre as duas posteriormente. Maira questionou os integrantes sobre a forma de funcionamento da comissão. Conselheiros manifestaram preferência pela realização de reuniões virtuais. Maira sugeriu que os encontros ocorressem no período da manhã, por facilitar a sua agenda, e informou que criaria um grupo de WhatsApp com os integrantes para organização dos trabalhos. Maira esclareceu que, diante das demais atribuições que exerce na Secretaria, incluindo a coordenação de dois conselhos, não teria condições de participar de reuniões quinzenais, observando que a revisão do Regimento Interno é um processo que demanda tempo e será concluído em curto prazo. Informou que criaria o grupo de WhatsApp para que os integrantes definissem conjuntamente a dinâmica dos trabalhos. Quanto ao sexto item da pauta - Proposta de Formação para Homens em Direitos Humanos: Maira passou a palavra para a conselheira Patrícia que solicitou o item da pauta. Patrícia explicou que sugeriu a realização de formações destinadas aos conselheiros em razão de situações vivenciadas ao longo de sua atuação na Presidência do Conselho. Relatou que percebeu dificuldades de alguns homens em respeitar e compreender as manifestações das mulheres durante as reuniões. Como exemplo, recordou episódio relacionado à organização de audiência pública em parceria com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, ocasião em que sofreu ataques de natureza machista e homofóbica por parte de ex-conselheiro, optando, à época, por não apresentar representação perante a Comissão de Ética. Relatou ainda outro episódio ocorrido em reunião do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, quando, ao iniciar sua fala representando a Secretaria de Defesa do Cidadão, foi interrompido por um conselheiro machista. Maira afirmou que, mesmo ex-conselheiro bateu na mesa, recusou-se a ouvir e deixou a reunião. Acrescentou que também presenciou, em reuniões do próprio Conselho, situações em que mulheres tiveram suas falas interrompidas ou desrespeitadas. Defendeu que, por se tratar de um Conselho de Direitos Humanos, é fundamental promover formações permanentes sobre respeito às diferenças, linguagem inclusiva, capacitação, direitos da população LGBTQIA+ e demais temas relacionados aos direitos humanos, contribuindo para qualificar a atuação institucional dos conselheiros. Maira considerou pertinente a proposta e sugeriu que as formações fossem ministradas prioritariamente por servidores técnicos da própria Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Maira destacou que a Secretaria possui Coordenação de Educação em Direitos Humanos, além das Superintendências de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Igualdade Racial, Liberdade Religiosa, Direitos da Pessoa Idosa e Direitos da Pessoa com Deficiência, cujas equipes técnicas possuem capacidade para ministrar essas capacitações. Ressaltou que, caso necessário, nada impediria o convite de especialistas externos. Quanto ao sétimo item da pauta - Informes gerais: Maira registrou como encaminhamento a adoção de tolerância de trinta minutos para o início das reuniões, iniciando-se os trabalhos mesmo sem quórum deliberativo, hipótese em que não seriam realizadas votações. Informou ainda que os assuntos dos informes gerais passaram a ser tratados nas reuniões ordinárias, sendo que, em algumas ocasiões, a pauta sugerida pelos integrantes do Conselho não foi discutida. Maira afirmou que, caso necessário, poderia ser criado um mecanismo de elogios funcionais aos representantes do poder público que participassem regularmente das reuniões, como forma de incentivar a assiduidade dos conselheiros. Ana Paula observou que a medida teria pouca efetividade caso não houvesse servidores interessados nesse tipo de reconhecimento funcional. Patrícia questionou a Presidente acerca da mudança da sede do Conselho para o prédio da Avenida Pío X, lembrando que a legislação prevê que o Conselho deve ter todos os conselhos transferidos para aquele endereço em razão da possível venda do prédio atualmente ocupado. Maira esclareceu que, até aquele momento, não possuía informação definitiva sobre eventual venda do prédio atual. Informou que, em razão da desocupação do prédio da Avenida Erasmo Braga, os setores vinculados à assistência social precisaram ser priorizados na ocupação do imóvel da Praça Pío X, motivo pelo qual diversos departamentos já haviam

sido transferidos para o local. Maira acrescentou que a reorganização ainda estava em andamento, com setores funcionando provisoriamente durante as obras, e que a previsão era de que a mudança do Conselho ocorresse futuramente, possivelmente ao final de agosto, embora não houvesse confirmação da data. Ressaltou que as informações disponíveis até aquele momento indicavam apenas que a transferência ocorreria oportunamente, permanecendo indefinido o cronograma final. Maira informou ainda que até aquele momento, a informação de que dispunha era de que a mudança da sede do Conselho efetivamente ocorreria, embora ainda não houvesse confirmação da data e acrescentou que servidores da Casa Civil, juntamente com a equipe de patrimônio, já estavam realizando visitas às salas para levantamento e organização do processo de transferência dos conselheiros. A palavra para apresentar um sugestão foi dada a Patrícia, que, em períodos anteriores, organizações da sociedade civil emprestavam contatos do Google Meet ao Conselho para viabilizar reuniões virtuais com maior duração. Informou que, em diversas oportunidades, a realização de reuniões remotas depende do compromisso dos conselheiros em efetivamente participar. Lucas Abreu sugeriu que esse apoio pudesse ocorrer em sistema de revezamento entre as instituições. Patrícia concordou com a possibilidade de revezamento, esclarecendo ainda que no ano anterior, o principal problema não era a plataforma utilizada, mas a ausência de quórum, tanto nas reuniões presenciais quanto nas realizadas de forma virtual. Recordou que houve reuniões remotas sem quórum e mencionou, como exemplo, uma reunião realizada quando se encontrava no aeroporto, em meio de Brasília, na qual conseguiu participar remotamente. Após breves manifestações informais entre os presentes, sem conteúdo deliberativo, a reunião foi efetivamente encerrada pela presidente. Processo nº SEI-310001/004163/2026.

MAÍRA FERES TRIGO DE ALMEIDA
Presidente CEDDH/RJ

ANDRESSA CHAGAS
Secretária Executiva

ID: 2758575

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS**
**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DO RIO DE JANEIRO**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CEDDH/RJ, órgão colegiado permanente e autônomo, de caráter consultivo, instituído pela Lei Complementar nº 77/1993, alterado pela Lei Complementar nº 138/2010. Iniciada no horário das 14h, no dia 13 de maio de 2026, realizada presencialmente no Auditório do Secretário: Pauta: 1) Informações sobre o Processo Eleitoral dos Conselheiros e da futura presidência; 2) Retorno sobre a audiência pública realizada no dia 28 de abril de 2026 (Frente Estadual de Proteção à Defensores de Direitos Humanos (FPDDH)); 3) Apresentação dos Grupos de Trabalho do CEDDH/RJ; 4) Retorno sobre os Ofícios do CEDDH/RJ; 5) Informes Gerais. Representantes da Sociedade Civil Biênio 2024-2026: Christiane Leite Souza da Silva (Rede Nacional de Mães e Fam. de Vítimas de Violência de Estado); Andréa Maia Guimarães e Hanna Giacometti Halm (Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL); Ana Paula Soeiro (Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela); Luciano França de Azevedo (Frente Estadual de Desencarceramento); Dilecia da Rocha Quintela (União Brasileira de Mulheres - UBM); Herbert da Saude (Movimento Negro Unificado RJ); Monica de Alkimim Moreira Nunes e Patrícia de Oliveira da Silva (Movimento Nacional de Direitos Humanos); Paulo Henrique (Movimento Parem de Nos Matar). Representantes do Poder Público Biênio 2024-2026: Eliane Almeida Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH); Patrícia de Oliveira Cunha Santos (SEAP); Lucas Abreu (Casa Civil). Representação: Eliane da Sociedade Civil Biênio 2026-2028; Ivanir Mendes dos Santos (Rede Nacional de Mães e Familiares, de Vítimas do Terrorismo); Andréa Maia Guimarães e Hanna Giacometti Halm (Articulação Bras. de Lésbicas - ABL); Lia Maria M. Siqueira (ASS. Redes de Desenvolvimento da Maré); Aparecida Maria Santos Pontes Carvalho e Felipe Barbosa Carvalho (Instituto Tereza de Benguela de D.H.); Mara Lúcia A. Domingos (Movimento Nacional das Cidades 25 Positivas); José Luiz Germano (Federação das Ass. de Moradores de Miracema); Herbert da Saude (Movimento Negro Unificado); Tauana da Silva Satyro (Instituto Brasileiro. De Análises Sociais e Econômicas - IBASE); Marcelo da Silva Nascimento (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil Sandra Lucia Aleiro da Silva (União Nacional das Ekedes, Yarobas, Ajoies, Cambanas e Makotas - UNDEKE). A reunião iniciou-se com a discussão acerca dos encaminhamentos relativos ao processo eleitoral, à posse dos novos conselheiros e à continuidade das atividades do Conselho. Marcelo questionou quais seriam os procedimentos a serem adotados a partir daquele momento, considerando a necessidade de reorganização da mesa diretora e a ampliação de sua composição, entendida por diversos participantes como medida necessária para garantir maior pluralidade e melhor funcionamento do Conselho. Antes de prosseguir com os debates, os participantes realizaram uma rodada de apresentações. Marcelo apresentou-se como representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que assumirá o assento no próximo mandato. Em seguida, apresentou-se José Luiz Germano, representando instituição do município de Miracema; Sandra Aleixo, representando a União Nacional das Ekedes, Yarobas, Ajoies, Cambanas e Makotas, em defesa dos povos de matriz africana e de terreiro; Patrícia de Oliveira, representando o CEDDH; Aparecida Pontes e Felipe Carvalho, representando o Instituto Tereza de Benguela de Direitos Humanos; Cristiane Leite, representando a Rede Nacional de Mães; Mônica Alkimim, representando o Movimento Nacional de Direitos Humanos; Dilecia Quintela, representando União Brasileira de Mulheres - UBM; Ana Paula Soeiro, representando o Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela; Lia Manso, representando a Redes da Maré; Tauana, representando o IBASE; Luciano França, representando a Frente Estadual pelo Desencarceramento do Rio de Janeiro; além da equipe da Secretaria Executiva, composta por Ângela e Andressa. Em seguida, Ângela informou que processo de publicação dos atos referentes à eleição encontra-se paralisado em razão das mudanças ocorridas na estrutura administrativa do Governo do Estado. Ressaltou que a publicação da minuta contendo a relação dos novos conselheiros ainda não ocorreu. Andressa complementou os esclarecimentos apresentando um histórico do processo eleitoral. Informou que a comissão eleitoral e o edital foram publicados em 4 de março; em 23 de março foi divulgada a relação de candidaturas deferidas e indeferidas; posteriormente foram recebidos e divulgados a lista definitiva e a lista suplente. Ressaltou que a última movimentação formal ocorreu em 14 de abril, quando a lista-gem final da eleição foi encaminhada para publicação. Desde então, em razão das exonerações ocorridas no Governo do Estado, a Secretaria Executiva tem enfrentado dificuldades para identificar os novos responsáveis pela tramitação dos processos, o que tem impedido a conclusão formal do processo eleitoral. Na discussão que se seguiu, diversos conselheiros destacaram a necessidade de garantir a continuidade das atividades do Conselho. Mônica Alkimim observou que a ausência de publicação da ata da eleição não pode paralisar o funcionamento do órgão, especialmente diante do contexto político e social do Estado do Rio de Janeiro. Defendeu que fossem definidos encaminhamentos para assegurar a continuidade das ações do Conselho e sugeriu, inclusive, o envolvimento do Ministério Público, enquanto fiscal da lei, para acompanhar a situação e evitar um período de inatividade institucional. Eliane, vice-presidente do Conselho e representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, manifestou preocupação com a segurança jurídica dos atos praticados sem a formalização completa do processo eleitoral. Ressaltou que audiências públicas, reuniões e demais deliberações poderiam ter sua legitimidade questionada caso não fossem observados os procedimentos administrativos adequados. Nesse sentido, sugeriu a consulta formal à Procuradoria Jurídica do Estado, mediante abertura de procedimento administrativo, para obtenção de parecer